

Epistemologias do Sul: Pós-colonialismos e os estudos das Relações Internacionais

Antônio Manoel Elíbio Júnior^I

Carolina Soccio Di Manno de Almeida^{II}

Resumo

O artigo problematiza a emergência dos estudos pós-coloniais, situando os debates teóricos do campo de estudo das Relações Internacionais. Foi a partir da segunda metade do século XX, com os processos de descolonização e globalização que uma série de análises e estudos voltados a este novo cenário mundial começaram a tomar corpo e a desenhar uma nova corrente teórica, o Pós-Colonialismo.

Palavras-chave: Pós-colonialismo; Globalização; Estudos Subalternos.

Epistemologies of the South: Post-colonialism and the study of International Relations

Abstract

The article discusses the emergence of postcolonial studies, situating the theoretical debates of the field of study of International Relations. It was from the second half of the twentieth century, with the processes of decolonization and globalization, that a series of analyzes and studies related to this new world scenario began to take shape and draw a new line of theory, the Post-Colonialism.

Keywords: Post-colonialism; Globalization; Subaltern studies.

Artigo recebido em 10/11/2013 e aceito em 30/11/2013.

O século XX foi palco de profundas transformações multifacetadas ao redor do globo, de caráter político, cultural, econômico e social, ocorridas com uma rapidez sem precedentes na história do mundo. Esse processo explicitou a nova divisão internacional do trabalho, a transnacionalização da produção e do consumo, a fragmentação e disseminação das culturas, acompanhado do multiculturalismo, a diluição das fronteiras e a pretensa multipolaridade de um mundo até então bipolar, e antes disso, imperial. Nesse contexto, é preciso reconhecer a importância da descolonização da África e da Ásia como sendo um momento marcante do ponto de vista geopolítico, pois assinala uma drástica mudança no cenário internacional. A libertação de mais da metade da população mundial do domínio direto dos países europeus e a diáspora dos povos dessas localidades em fluxos migratórios que reproduziram as rotas coloniais demandou uma reflexão crescente acerca dos regimes coloniais e das consequências então desconhecidas dos fenômenos que viriam a emergir no período que se chamou “pós-colonial”. A partir de então, uma série de análises e estudos voltados a este novo cenário mundial surgido dos escombros do colonialismo começaram a tomar corpo e a desenhar uma nova corrente teórica, o Pós-Colonialismo.

Embora tendo alcançado diversas áreas das ciências humanas e sociais, o Pós-Colonialismo foi durante muito tempo ignorado no âmbito das Relações Internacionais como disciplina, estando ausente dos grandes debates teóricos e das grades curriculares, assim como dos manuais e revistas especializadas. Esta desconcertante falta de diálogo entre o pós-colonial e a Teoria das Relações Internacionais (TRI) pode ter tido duas razões fundamentais: por um lado, pelo fato de os estudos pós-coloniais estarem ligados aos chamados estudos culturais, encontram certa resistência em transcendê-lo; no entanto, articular-se com os estudos de economia política internacional é primordial para elaborar uma crítica ao capitalismo global. Por outro lado, a recusa por parte do *establishment* das TRI de postura eminentemente protecionista e conservadora, em reconhecer uma abordagem que, epistêmica e politicamente, subverte a maior parte - ou por que não dizer a totalidade - de seus pressupostos centrais.

No entanto, nesta primeira década do século XXI a difusão do Pós-Colonialismo nas ciências sociais, assim como o esforço de teóricos provenientes das mais diversas áreas do conhecimento, promoveu um amadurecimento do argumento, articulado nas diversas áreas do conhecimento, sendo possível perceber esse esforço nas Relações Internacionais. Começa a despontar um conjunto de acadêmicos críticos que possuem linhas de pesquisa e publicações que situam o Pós-Colonialismo e as questões que este levanta no seio da disciplina.

Embora o debate esteja em posição marginalizada na disciplina, a questão que colocamos primordialmente é a relevância da abordagem pós-colonial para as Relações Internacionais, explorando as potencialidades e dificuldades deste diálogo. Para tanto procuraremos apontar as principais questões levantadas pelo Pós-Colonialismo, para concluir que este diálogo demanda uma reconfiguração radical do corpo teórico e da prática política das Relações Internacionais, sustentada em três orientações principais: a revisão da história das Relações Internacionais, a subversão de conceitos centrais como poder e Estado- Nação e, por fim, o giro epistemológico na “geopolítica do conhecimento”.

O estudo das Relações Internacionais não é absolutamente recente. Ao contrário, considerações e escritos sobre o internacional são recorrentes nas diversas ciências sociais, principalmente na história e ciência política. *A Guerra do Peloponeso* de Tucídides é tida

por muitos teóricos como a obra paradigmática desse campo de estudos além de obras emblemáticas de autores como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes para a teorização moderna do sistema internacional e da interação entre os Estados.^{III} No entanto, foi somente ao longo das décadas de 50, 60 e 70 do século XX que as Relações Internacionais encontraram certa autonomia, destacando-se da ciência política e tendo sua narrativa própria.^{IV}

O estudo das Relações Internacionais esteve estritamente ligado à realidade política internacional, tendo suas origens logo depois da Primeira Guerra Mundial, emergindo com o claro objetivo de evitar as circunstâncias que levassem a outra Grande Guerra. De acordo com Halliday (1994) foi nesse período que se estabeleceram na Grã-Bretanha, na área acadêmica, as primeiras cadeiras e departamentos relativos à matéria na *Alberystwyth*, *London School of Economics* em Oxford, e no mundo não-acadêmico no *Royal Institute of International Affairs*, voltado a formular e conduzir políticas públicas. Essa tendência foi seguida pelos Estados Unidos, que também criou suas cadeiras nas universidades americanas e o *Council on Foreign Relations*.

Como afirma Hoffmann (1997), o estudo moderno das relações internacionais nos Estados Unidos, ligou-se profundamente à preocupação, tanto política quanto acadêmica de como o país deveria conduzir sua hegemonia internacional em oposição à constante ameaça soviética, de modo que os acadêmicos das Relações Internacionais forneceram as bases teórico-científicas para uma “nova diplomacia norte-americana”, de tendências imperialistas, instalaram os estudos estratégico-militares no centro das preocupações analíticas do campo.^V Desde então, a conceitualização da força, do poder, e suas dinâmicas, preocupações tipicamente norte-americanas, tornaram-se fundamentais da Teoria das Relações Internacionais, então praticamente reduzida a uma monocultura Realista que, desde então, e durante um longo tempo, passou a deter monopólio do discurso na área.

A onda liberal que tomou a teorização das Relações Internacionais nas primeiras décadas do século XX e que esteve inclinada ao direito internacional e sua disposição em mudar o sistema mundial pela via institucional-legal recebeu a alcunha, amplamente difundida e aceita, de “idealista”; sendo considerada ingênua, de pouca relevância científica, tendo sido responsabilizada pelo atraso com que as Relações Internacionais emergiram como ciência. Ao autor Edward Carr coube a tarefa de inaugurar o tratamento científico, objetivo e empírico de um contexto político então definido como uma luta pelo poder incompatível com as proposições normativas, em sua obra fundacional *Twenty years of Crises*. No entanto, foi somente nos Estados Unidos do Pós-Segunda Guerra, que emergiam como super-potência, que as Relações Internacionais estabeleceram-se sobre os princípios do realismo político de Hans Morgenthau desenvolvido em seu *Politics Among Nations*. Em sua obra, o autor buscou identificar as regularidades que pudessem dar alguma previsibilidade ao comportamento dos Estados, baseando-se principalmente nos conceitos de poder e de interesse nacional. Foi justamente essa pretensão de Morgenthau em estabelecer princípios irrefutáveis da Política Internacional e sua argumentação muito frágil que provocou o debate e uma série de leituras voltadas a reagir contra os próprios princípios do realismo. E dessa forma, o campo de estudos fundou-se em relação ou em contraposição ao Realismo, e continua em certa medida a fazê-lo.

O chamado Segundo Debate das Relações Internacionais ocorreu entre as abordagens chamadas “tradicionalistas”, tendo alguma contribuição do Behaviorismo no que diz respeito às metodologias a serem utilizadas no campo, e não apresentaram

ANTONIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR
CAROLINA SOCCIO Di MANNO DE ALMEIDA

contribuições ao alargamento da substância da disciplina que continuou, em larga escala, presa aos ditames iniciais do Realismo. De acordo com Hedley Bull foi só no fim da década de 70, com o movimento pacifista global, o colapso de Bretton Woods, a percepção de uma crescente interdependência entre as economias nacionais e certos movimentos políticos contestatórios do Terceiro Mundo, que a exagerada preocupação com questões de dinâmicas de poder e força começam a dar lugar a outras questões, ligadas sobretudo à emergência da economia política internacional.^{VI} Essa abertura do campo teórico, intensificada na década de 80, cedeu espaço para o reconhecimento de questões que antes haviam sido marginalizadas pelas formulações estritas do Realismo, tal como os estudos para a paz, as análises de política externa e a revigorada importância da economia política internacional.

Nesse mesmo sentido, Halliday afirma que após uma fase “protecionista”, recentemente as Relações Internacionais estão se abrindo à contribuição de outros campos de saber que não estiveram tradicionalmente ligados à sua órbita teórica.^{VII} Com efeito, desde o fim da década de 80 e, sobretudo, com as questões levantadas pelo “Terceiro Debate” das Relações Internacionais, que introduziu na área os Estudos Críticos, o Construtivismo, o Pós-Modernismo e o Feminismo, temos assistido à emergência de uma série de preocupações, contestações e (des)construções que até então tinham sido excluídos do campo teórico da disciplina. No entanto é necessário ressaltar que a maioria da produção teórica faz eco ao Realismo e reduz-se às suas preocupações tradicionais, ainda que readequadas aos novos tempos.^{VIII} Fora dos Estados Unidos, faz-se sentir a dependência teórico-estrutural construída ao longo de décadas e que coíbe a teorização independente ou, se quisermos, não-hegemônica, das Relações Internacionais, então atadas em nível global à linguagem do poder, do Estado-Nação e do interesse nacional. Slater aponta que embora teóricos do Norte possam dar-se ao luxo de desconhecer ou ignorar as teorias do Sul global, o mesmo não acontece com suas contra-partes do Sul, cuja teorização estaria sempre ligada, por concordância, rejeição ou oposição à teoria social do Norte.^{IX}

Halliday aponta que talvez entre todas as ciências sociais, as Relações Internacionais fossem as que mais se mantiveram afastadas do Marxismo e das questões de gênero, o que acarretou uma série de problemas debilitantes como a incapacidade de problematizar criticamente as relações Norte-Sul e as estruturas globais de exploração.^X Não à toa, as Relações Internacionais também aparecem como a área das ciências sociais que até agora mais se mostraram indiferentes à abordagem pós-colonial. Esta distância se torna cada vez mais prejudicial em um mundo majoritariamente não-ocidental em que as assimetrias de poder e riqueza só aumentam, e em que novos atores, não-estatais ou subnacionais, começam a se fazer presentes e a impor novas necessidades. Devido à predominância anglo-americana, a disciplina se construiu ao redor de muitos conceitos, pressupostos e preocupações tipicamente ocidentais e que fazem muito pouco sentido em outros contextos, países e regiões que agora se inscrevem ativamente no âmbito político e analítico das relações internacionais.^{XI} É nesse contexto que o Pós-Colonialismo se torna um instrumento essencial, teórica e politicamente, para identificar e teorizar a grande quantidade de atores, dinâmicas e urgências que tem estado fora das concepções hegemônicas de hoje e de outrora.

Epistemologias do Sul

Quais seriam, portanto, os principais fundamentos teóricos da abordagem Pós-Colonial? Primeiramente, é importante ressaltar que o “pós” de pós-colonial não significa, em absoluto, uma ruptura com o período anterior, colonial, nem sua superação, uma vez

ANTONIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR
CAROLINA SOCCIO Di MANNO DE ALMEIDA

que “o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória”.^{XII} A aceção que constitui o Pós-Colonialismo pressupõe a revisão crítica do passado contado em termos da modernidade ocidental e também a identificação de um presente ainda permeado por uma série de discursos, práticas, representações e relações políticas que confluem na perpetuação da distribuição assimétrica do poder e riqueza em nível global.

Ainda de acordo com Boaventura de Sousa Santos, um dos fundamentos teóricos principais da abordagem pós-colonial é a “diluição da fronteira entre crítica e política”.^{XIII} Mais explicitamente, Edward Said afirma:

“Meu interesse aqui é sugerir que o consenso liberal geral de que o ‘verdadeiro’ conhecimento é fundamentalmente apolítico (e, inversamente, que o conhecimento manifestadamente político não é conhecimento ‘verdadeiro’) confunde as circunstâncias políticas altamente organizadas, embora de forma obscura, que prevalecem no momento em que o conhecimento é produzido”.^{XIV}

Reconhecendo as intrincadas relações de saber-poder subjacentes a toda prática acadêmica, o pós-colonialismo propõe uma crítica, um saber, que seja consciente de sua função política, a qual seja opor-se radicalmente à assimétrica distribuição global de poder e todas as injustiças que acarreta. Nesse sentido, o pós-colonial deve trabalhar ativamente na implosão dos discursos coloniais/ocidentais hegemônicos que, sobretudo, através do discurso da modernidade, naturalizam as desigualdades entre os países, classes, raças e povos.^{XV} Quando Gayatri Spivak coloca a questão “Can the subaltern speak?”, ela liga a marginalização dos grupos e discursos subalternos ao seu silenciamento, localiza na fala a condição *sine qua non* para a subversão da subalternidade.^{XVI} Para esta teórica indiana, trabalhar na emergência desta fala exige uma atividade política que em muito transcende o discurso acadêmico, marcando um comprometimento do crítico pós-colonial para com os “subalternos da terra”. Boaventura de Sousa Santos endossa essa preocupação de privilegiar a subalternidade enquanto lugar de enunciação de onde o pós-colonial pode emergir, assentando essa perspectiva na premissa de que as margens e as periferias são os *loci* (ou locais) de enunciação privilegiados para identificar e subverter as estruturas de poder e de saber.^{XVII}

Outro ponto caro ao Pós-Colonialismo é a recusa de essencialismos. A crítica dos regimes coloniais nos mostra como o poder e o discurso colonial construíram-se a partir do recurso a uma “violência epistêmica” que construiu o sujeito colonizado enquanto *Outro* do colonizador. Por outro lado, o colonizador e, em sentido mais amplo, o Ocidente constrói-se a si mesmo de forma relacional com o *Self* a partir do qual o resto do mundo é subalterno/subalternizado. A recusa pós-colonial destas oposições binárias a partir das quais os discursos coloniais construíram todas as formas de racismo ocorre na medida em que a proposta é justamente buscar identidades complexas e multifacetadas, mais coerentes com a realidade política.

Considerações finais

ANTONIO MANOEL ELÍBIO JÚNIOR
CAROLINA SOCCIO Di MANNO DE ALMEIDA

O Pós-Colonialismo envolve em seu âmago a crítica dos pressupostos epistemológicos em que se assenta o discurso da Modernidade e, portanto, da superioridade européia. Spivak situa a subalternidade como produto de incisivas relações de “violência epistêmica”, pautadas na imposição colonial de uma ordem científica e um sistema legal.^{XVIII} Dessa forma, a celebração da modernidade e todos seus pressupostos se inscrevem em uma relação de poder pautada na diferença colonial entre aqueles que “pensam, logo, existem” e aqueles que não existem a não ser enquanto objeto de dominação.

A consolidação da crítica pós-colonial enquanto corpo teórico pode resultar facilmente em generalizações que incorreriam nos mesmos essencialismos e generalizações que essa corrente teórica procura combater. Embora possa ser concebido como um “sistema” de características fundamentais compartilhadas, o colonialismo não se impôs de maneira homogênea nos vários contextos históricos, sociais e geográficos sob seu domínio. Por esse motivo não é possível fazer generalizações, assim como não seria enriquecedor para o debate dentro da corrente teórica.

O Pós-Colonialismo tem contribuições a dar nas análises culturais, sociais e políticas de qualquer parte do mundo, principalmente no que diz respeito às assimetrias de poder. De maneira a não perder de vista as potencialidades analíticas e políticas da abordagem pós-colonial, e ao mesmo tempo buscando problematizar sua aplicabilidade, Boaventura de Sousa Santos propõe um “pós-colonialismo situado”, que leve em conta a enorme especificidade de cada contexto histórico onde vários colonialismos distintos ocorreram, de forma também a compreender os diversos contextos pós-coloniais.^{XIX}

Notas

^I Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP e Pós-Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB (tonyelibio@hotmail.com).

^{II} Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco.

^{III} INAYATULLAH, N., BLANEY, D. (2004). **International Relations and the problem of the difference**. Londres, Routledge, 2004, p. 45.

^{IV} HOFFMAN, S. **An American Social Science: International Relations**. Em: Der Derian, J. (org). *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005, p. 134.

^V HOFFMAN, S. **An American Social Science: International Relations**. Em: Der Derian, J. (org). *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005, p. 134.

^{VI} HOFFMAN, S. **An American Social Science: International Relations**. Em: Der Derian, J. (org). *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005, p. 135.

^{VII} BULL, H. **The theory of International Politics, 1919-1969**. Em: Der Derian, J. *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005, p. 36.

^{VIII} HALLIDAY, F. **Rethinking international relations**. Londres, Macmillan, 1994, p. 26.

^{IX} DER DERIAN, J. **Introduction: Critical Investigations**. Em: Der Derain, J. (org). *International Theory: Critical Investigations*. London, Mcmillan, 2005, p. 56.

^X SLATER D. **Post-colonial questions for global times**. Em: Review of international Political Economy, vol. 5, n.4, 1998, p. 28.

^{XI} HALLIDAY, F. **Rethinking international relations**. Londres, Macmillan, 1994, p. 130.

^{XII} HOFFMAN, S. **An American Social Science: International Relations**. Em: Der Derian, J. (org). *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005, p. 136.

^{XIII} SANTOS, B. de S. **Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e interidentidade**. Em: Ramalho, I, Ribeiro, A.S. (orgs.) *Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto, Afrontamento, 2001, p. 38.

^{XIV} SANTOS, B. de S. **Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e interidentidade**. Em: Ramalho, I, Ribeiro, A.S. (orgs.) *Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto, Afrontamento, 2001, p. 39.

- ^{XV}SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia de Bolso, 2007, p. 21.
- ^{XVI}BHABHA, H. K. **The location of culture**. Londres, Routledge, 1994, p. 17.
- ^{XVII}SPIVAK, G.C. **Can the subaltern Speak?** Em: Ashcroft, B., Griffiths, G, Tiffin, H. *The postcolonial studies reader*. Londres, Routledge, 1988, p. 54.
- ^{XVIII}SANTOS, B. de S. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro**. Centro de Estudos Sociais, Universidade do Minho, 2004, p. 12.
- ^{XIX}SPIVAK, G.C. **Can the subaltern Speak?** Em: Ashcroft, B., Griffiths, G, Tiffin, H. *The postcolonial studies reader*. Londres, Routledge, 1988, p. 57.
- ^{XX}SANTOS, B. de S. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro**. Centro de Estudos Sociais, Universidade do Minho, 2004, p. 34.

Referências Bibliográficas

- INAYATULLAH, N., BLANEY, D. (2004). **International Relations and the problem of the difference**. Londres, Routledge, 2004.
- HOFFMAN, S. **An American Social Science: International Relations**. Em: Der Derian, J. (org). *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005.
- BULL, H. **The theory of International Politics, 1919-1969**. Em: Der Derian, J. *International Theory: Critical Investigations*. Londres, Macmillan, 2005.
- HALLIDAY, F. **Rethinking international relations**. Londres, Macmillan, 1994.
- DER DERIAN, J. **Introduction: Critical Investigations**. Em: Der Derain, J. (org). *International Theory: Critical Investigations*. London, Mcmillan, 2005.
- SLATER D. **Post-colonial questions for global times**. Em: Review of international Political Economy, vol. 5, n.4, 1998.
- SANTOS, B. de S. **Entre o próspero e o Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e interidentidade**. Em: Ramalho, I, Ribeiro, A.S. (orgs.) *Entre ser e estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto, Afrontamento, 2001.
- SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo, Companhia de Bolso, 2007.
- BHABHA, H. K. **The location of culture**. Londres, Routledge, 1994.
- SPIVAK, G.C. **Can the subaltern Speak?** Em: Ashcroft, B., Griffiths, G, Tiffin, H. *The postcolonial studies reader*. Londres, Routledge, 1988.
- SANTOS, B. de S. **Do Pós-Moderno ao Pós-Colonial. E para além de um e outro**. Centro de Estudos Sociais, Universidade do Minho, 2004.